

P. Identificação e Caracterização de Tombamentos

Embora as atividades do Teste de Longa Duração e o Desenvolvimento da Produção de Waimea no Bloco BM-C-41, na Bacia de Campos, não representem danos ao patrimônio histórico e arqueológico da Área de Influência do empreendimento, uma vez que a maioria dos sítios arqueológicos identificados na região e cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN encontra-se em território continental, há indicação de localização de alguns sítios em áreas litorâneas que devem ser considerados sob o aspecto do risco de acidente, que se caracteriza pelo derramamento de óleo, sem que nenhuma medida seja executada para evitar a aproximação e eventual contaminação da costa, de acordo com a modelagem de dispersão da mancha realizada para esse estudo.

a) Ocupação Pré-histórica

As primeiras ocupações registradas para a região, de acordo com estudos de Beltrão (1978) e Mendonça de Souza (1981, 1983, 1995), remontam a grupos caçadores-coletores generalizados, cujos principais vestígios são os artefatos lascados de quartzo hialino, encontrados no interior do estado. A pesquisa desses grupos ainda é reduzida na região, mas o norte do estado tem apresentado vestígios de ocupações, em sítios que apresentam artefatos lascados, que podem ser associados a grupos do estágio Paleoíndio, com uma cronologia em torno dos 11.000 anos A.P. Para sítios desses grupos, é possível mencionar as pesquisas de Dias Jr. (GASPAR, 2000).

Na área do litoral registra-se a ocupação mais antiga, em torno de 8.000 anos A.P., em sítios do tipo sambaqui, que são elevações artificiais, com altitude variando entre 2m até mais de 25m de altura, construídas por pescadores-coletores-caçadores e constituídas por inúmeras camadas formadas, principalmente, por conchas de moluscos, bem como por ossos de peixes, mamíferos, aves e répteis, sementes e coquinhos, sepulturas humanas, restos de fogueira, marcas de habitação e, por vezes, artefatos líticos e ósseos, adornos e esculturas, como os sambaquis encontrados, por exemplo, em Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio. Essas elevações eram utilizadas por estes grupos não apenas como moradia, mas também, para enterramento dos mortos. Em regiões litorâneas, os sambaquis, do tupi *tamba* (marisco) e *ki* (amontoado), geralmente estão localizados em áreas próximas ao mar, dunas, restingas e mangues, além de eventualmente localizarem-se em ilhas (GASPAR, 2007, 2004). Em Mendonça

de Souza (1993) é citada a existência de sambaquis fluviais, desde a desembocadura do rio Itabapoana, na divisa do município de São Francisco de Itabapoana com Presidente Kennedy, no estado do Espírito Santo, penetrando por sua calha, mesmo em áreas distantes do mar, em água doce.

Para a ocupação dos sambaquieiros, denominação dada aos construtores de sambaquis (GASPAR, 2007), foi identificada a fase Macaé (GASPAR, 2000) que dispõe de datações entre de 7830 ± 130 e 3975 ± 160 A.P., sendo que essa fase teria uma expansão limitada entre o litoral do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses grupos estariam assentados em áreas de mangues, restingas, dunas e praias, apresentando uma dieta voltada para o consumo de moluscos.

No município de Cabo Frio, por exemplo, existem diversos sambaquis cadastrados pelo IPHAN, como o Sambaqui Ilha da Boa Vista I, com 42m de diâmetro e 2,10m de altura, que se localiza na planície alagada entre os rios Una e São João (BARBOSA, 2000). A datação deste sambaqui, que serviu como moradia de pescadores-coletores-caçadores, remonta a 3.480 anos A.P. Nesta mesma área se encontram mais três sítios: Boa Vista II, III e IV. Outro que merece destaque é o Sambaqui do Forte (GASPAR, 1996), localizado na praia de mesmo nome, próximo ao canal do Itajuru.

Segundo levantamentos bibliográficos e cadastrais feitos por GASPAR (1996), foram identificados 64 sambaquis na área que abrange a bacia hidrográfica dos rios São João, Una e a Lagoa de Araruama, todos localizados exclusivamente na faixa litorânea, sendo quinze totalmente destruídos, onze parcialmente destruídos, dezessete ainda intactos, cinco pouco alterados e em dezesseis não foi possível verificar o estado de conservação. Esta área engloba os municípios de Saquarema, Araruama, Armação dos Búzios e Cabo Frio, além de outros municípios do estado.

É importante ressaltar que os sambaquieiros foram o grupo que produziu a maior quantidade e diversidade de vestígios de sua existência, visto que ocupavam por longos períodos a mesma localidade, além de ter o costume de acumular restos faunísticos usados na sua alimentação e que eram utilizados como material construtivo, de acordo com GASPAR (2000). Entretanto, boa parte destes vestígios foi destruída em decorrência da exploração de cal utilizada para a construção imobiliária desde os tempos da colonização europeia.

A ocupação que sucede aos sambaquieiros é a chamada Tradição Itaipu, em suas duas divisões, chamadas de fase A e fase B, apresentando sítios de ocupação de ambientes dunares, com uma dieta voltada para o consumo de peixes (GASPAR, 2000) e uma ênfase maior na coleta de vegetais, além da caça e da pesca serem mais diversificadas (SEDA, 2001). Segundo este autor, essas populações são chamadas de coletores-pescadores generalizados. A característica mais marcante desses grupos foi o desenvolvimento de instrumentos em carapaças de moluscos,

na confecção de facas, raspadores, etc. Os sítios da fase A são localizados na beira de mangues e lagoas de pouco movimento, mais interioranos, com ênfase na coleta de moluscos. Os sítios da fase B, mais recente, localizam-se em áreas de praias de mar aberto, fixando-se sobre dunas estáveis, com dimensões variáveis, com economia voltada, principalmente, para a pesca. Seu assentamento preferencial está relacionado ao final de longas praias, onde a curvatura do litoral é mais acentuada. Gaspar (op cit.) considera um fator importante para ocorrência desses sítios a existência de lagoas, em especial onde a arrebentação é menos violenta e que contam com mangues. Nas camadas superiores desses sítios pode ser observada a presença de material cerâmico, mas não há nenhuma relação estabelecida. De acordo com Gaspar, esses grupos podem ter desenvolvido uma forma de cultivo incipiente de vegetação associada a essas lagoas. As datações para essa fase se situam por volta de 4.000 A.P. (SEDA, 2001).

A ocupação subsequente é chamada de Horizonte Horticultor, com a chegada de grupos detentores de tecnologia cerâmica e domesticação de vegetais, que era a base da subsistência desses grupos. O primeiro assentamento que chegou a esta área e foi registrado nesse horizonte é conhecido como Tradição Una, formado por sítios de pequenas dimensões e classificados como pequenas aldeias. Sua cronologia varia entre 4000 e 3.500 anos A.P., até a chegada do elemento europeu na região. Existem relatos da ocorrência de grupos dessa tradição na serra fluminense até o século XVIII (SEDA, 2001).

Esses grupos se assentaram no interior e no litoral, como os localizados principalmente em Cabo Frio e em Saquarema (KNEIP, 2000). São caracterizados por uma ocupação mais sedentária, com uma horticultura incipiente. Identificada originalmente por Gaspar (2000), essa tradição é composta pelas fases Urural, Mucuri, Ipuca, no Rio de Janeiro, onde foram localizados restos de tubérculos em sítios arqueológicos e fases Jucu e Tangui, no Espírito Santo (Perota, 1969 e 1974). Exemplos dessa tradição também foram encontrados em outros estados, como Minas Gerais, com a ocorrência de restos de milho (espigas, sabugos e grãos) na Gruta do Gentio e na Lapa do Boqueirão Soberbo (Seda, 2001), Espírito Santo, Goiás e Bahia. O estudo dessas populações indicou um alto consumo de carboidratos, cáries e desgaste dentário (Seda, 2001).

Essas ocupações podem ser divididas em dois padrões: para o interior, os sítios, em sua maioria, ocupam abrigos sob-rocha, e no litoral são aldeias a céu aberto. A cerâmica aparece pouco depois da horticultura. É uma cerâmica marcada por vasilhames de pequenas e médias dimensões, de contornos simples e, eventualmente, carenados. Seu antiplástico predominante é mineral (areia, quartzo, etc.), apresentando casos onde se utiliza carvão e cinzas. A superfície é predominantemente simples, com o tratamento entre bem alisada e polida, com raros casos em

que se observa a decoração plástica. Além do material cerâmico, esta tradição possui uma indústria de artefatos em osso e concha bem marcados, além de artefatos líticos lascados e polidos, tais como: lâminas de machado polido em diabásio, percutores em granito e diabásio, quebra-cocos, moedores e alisadores em gnaisse (GASPAR, 1996).

No que tange a indústria lítica, de acordo com Prous (2006), artefatos em pedra são raríssimos e atípicos no litoral carioca. Os instrumentos mais comuns são pequenas lascas cortantes de quartzo, ágata ou calcidônia. Também são encontradas lascas de lâminas polidas em basalto, diabásio ou anfíbolito. Alguns pequenos seixos ovóides e polidos eram usados provavelmente para o alisamento da cerâmica antes da queima. Plaquetas de arenito ou gnaisse apresentam facetas de polimento que resultam da ação do polidor manual na fabricação de lâminas, ou canaletas, quando foram usadas como calibradores para objetos cilíndricos. Os objetos polidos são lâminas de machado, de forma trapezoidal e achatada, bem como cinzéis.

Quando da chegada dos colonizadores europeus, a Tradição Tupiguarani ocupava boa parte do território nacional. A origem dessa tradição é, possivelmente, na região amazônica, há 5.000 anos A.P., chegando ao Rio Grande do Sul há 1.220 anos A.P. (SEDA, 2001). A cerâmica destes grupos é extremamente decorada, apresentando pintura policroma e padrões geométricos. Os sítios seguem o padrão de aldeias a céu aberto e os enterramentos eram primários ou secundários e a alimentação desses grupos baseava-se no cultivo da mandioca. No litoral do Rio de Janeiro são conhecidas três fases dessa tradição: as Fases Guaratiba (970 ±100), Sernambetiba e Itabapoana.

É possível afirmar, portanto, que ao longo dos séculos, o litoral do estado do Rio de Janeiro foi palco de um desenvolvimento cultural intenso e contínuo até a chegada dos colonizadores europeus, que começaram a expulsar esses grupos para o interior do estado.

b) Ocupação Histórica

Como a Arqueologia está preocupada em recuperar e entender as formas sociais que o homem desenvolveu em seu passado, as formas sociais históricas que ocorrem na Área de Influência do empreendimento, espelhadas na cultura material remanescente, também fazem parte do presente estudo.

O processo de ocupação colonial de toda a região do litoral fluminense e sul do Espírito Santo remonta às primeiras tentativas de estabelecimento de benfeitorias coloniais, como é o caso de Vila da Rainha, uma das primeiras cidades fundadas na região, erguida em 1536, às margens rio Itabapoana, por Pero Góis, donatário da Capitania de São Tomé, também conhecida

como Capitania de Paraíba do Sul. A cidade foi destruída duas vezes pelos índios Goitacá. Sua localização exata foi recentemente identificada por pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro (O Globo, 19/09/2009), no território do atual município de São Francisco de Itabapoana, através de pesquisas realizadas durante a construção da usina Pedra do Garrafão.

De acordo com os jesuítas, que os apelidaram de “tigres humanos”, devido à sua ferocidade, os Goitacá eram considerados índios diferentes das demais tribos encontradas no Brasil, com linguagem, costumes e até mesmo compleição física distintos. Por não se miscigenarem com outras tribos, não deixaram vestígios, além de raros sambaquis.

Em 1652, com a instalação do primeiro engenho açucareiro no município de Campos dos Goytacazes, grandes fazendas foram estabelecidas na região e nos demais municípios vizinhos, com a implantação do ciclo da cana-de-açúcar, criando um grande patrimônio histórico a ser observado. Entretanto, muitas dessas construções não chegaram aos dias atuais intactas, o que demandaria uma atenção de trabalhos arqueológicos. Somam-se a isso outras formas de construções que existiram tanto nas fazendas, como nas pequenas cidades, que remontam aos habitantes mais antigos da região, possibilitando reconstituir o processo ocupacional da área.

A partir desse ciclo econômico, um fato importante que marca uma nova forma de vestígios foi a importação intensa de escravos da África, tornando essa região uma das mais ricas do estado, graças ao tráfico negreiro, que perdurou mesmo com a proibição inglesa. Grandes fortunas foram feitas com essa atividade, impulsionando a economia da região. Com o desenvolvimento econômico, cresceu o número de escravos na área e, com isso, as construções destinadas a abrigá-los. Tem-se registrado a ocorrência de senzalas e pelourinhos, bem como outras construções por toda a região (MENDONÇA DE SOUZA, 1993). O município de Rio das Ostras, por exemplo, era rota obrigatória e entreposto comercial de escravos entre os municípios de Macaé e Cabo Frio, onde desembarcavam na praia do Perú, de acordo com documentos do século XIX (FONSECA Jr, 2004). Em Cabo Frio, na entrada da barra do rio Itajuru, de acordo com Almeida Lima (1998), constatou-se a existência de barracões com utensílios próprios para navios destinados ao tráfico.

De acordo com registros do século XVIII, foram documentadas diversas fugas de escravos para quilombos da região. Os quilombolas refugiavam-se nos sertões, longe da foz do rio São João, localizado entre os municípios de Casimiro de Abreu e Cabo Frio, visto que a área era fortemente vigiada pelas autoridades. Outro quilombo detectado na região localizava-se na praia Rasa, em Armação dos Búzios. Nas matas da região de Macaé localizava-se o Quilombo dos Três Picos ou Quilombo de Santo Antônio do Ouro, segundo documentos da época (ALMEIDA LIMA, 1998).

Outro tipo de sítio relacionado aos escravos encontrado nessa região é o Cemitério de Manguinhos, localizado no litoral do município de São Francisco de Itabapoana. Este tipo de sítio demonstra uma prática, por parte dos comerciantes de escravos, de seleção dos mais fortes para a venda. Esta seleção pode ser observada a partir dos enterramentos (não sepultamento) daqueles elementos que não teriam sobrevivido ao transporte até o Brasil, e daqueles que teriam algum tipo de doença (MENDONÇA DE SOUZA *et al*, 1994).

Com a proibição do tráfico de escravos, o contrabando tornou-se constante por toda a Província do Rio de Janeiro, principalmente no litoral norte fluminense, onde as enseadas propiciavam aos comerciantes ilegais um esconderijo perfeito das autoridades. Documentos da época relatavam esse tipo de ocorrência nos arredores de Cabo Frio, Macaé e São João da Barra (ALMEIDA LIMA, 1998).

c) A Arqueologia Regional

A região sudeste é alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas desde a segunda metade do século passado que, em sua maioria estudavam sítios arqueológicos isolados. Devido a esse tipo de abordagem, os dados disponíveis, embora frutos de um elevado volume de publicações, muitas vezes mostram-se incompletos, dificultando o delineamento de um quadro regional mais amplo. Para traçar um quadro da arqueologia regional na Área de Influência do empreendimento, a região em estudo encontra-se restrita ao litoral norte fluminense e sul do Espírito Santo.

As ocupações do período pré-histórico, de um modo geral, podem ser colocadas como se iniciando em torno de ± 10.000 A.P., com datas variando entre 6.000 e 1.000 anos A.P. para os grupos que posteriormente ocuparam a faixa litorânea (GASPAR, 2000), seguindo-se pela presença de grupos horticultores-ceramistas Tupiguarani, que se instalaram na região entre 1.800 e 1.000 anos A.P., de acordo com datações arqueológicas de cerâmica associada a estes grupos (FAUSTO, 2005), chegando aos grupos indígenas que entraram em contato com os colonizadores europeus. Dentre esses grupos, deve-se destacar o papel de índios como os Goitacá, que mesmo com um contato intenso com o europeu, através das sucessivas batalhas travadas, optou por permanecer com o seu padrão cultural, culminando, de acordo com alguns autores, na sua união com o grupo Puri.

A ocupação dos Tupiguarani, segundo Prous (2006), foi extremamente densa em determinadas áreas, como a Baía da Guanabara, de onde tinham expulsado ou absorvido populações anteriores. Em outras regiões do Brasil, dominavam os baixos vales dos rios principais e o litoral, enquanto que as zonas acidentadas eram ocupadas por populações arredias.

No que diz respeito ao período histórico, têm-se dois tipos de sítios que devem ser observados. O primeiro tipo são sítios que possuem remanescentes da vida cotidiana dos grupos de colonizadores europeus que aqui chegaram. O segundo tipo representa os sítios de origem da etnia negra, resultado tanto do sistema escravista (senzalas, cemitérios, muros etc.), quanto dos movimentos de revolta desses escravos (quilombos e outros assentamentos).

Para o levantamento do panorama arqueológico da região foi feito um levantamento com base no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a identificação de cada sítio da Área de Influência do empreendimento.

Na região estudada, foram identificados, de acordo com o CNSA, 163 sítios arqueológicos em área continental. Os sítios estão concentrados nos municípios de Arraial do Cabo (25), Armação dos Búzios (11), Cabo Frio (100), Macaé (14) e São João da Barra (11), no Rio de Janeiro e Itapemirim (2), no Espírito Santo. Segundo dados do IPHAN, São Francisco de Itabapoana é o único município da área em estudo que não apresenta nenhum registro de ocorrência de sítios arqueológicos até o presente momento (IPHAN, 2011).

Para montar um quadro que expusesse o panorama arqueológico da área em questão, foi feito um levantamento, com base no CNSA do IPHAN, que identificasse a natureza de cada sítio, mas que mantivesse o foco na faixa litorânea, delineando não somente o contexto arqueológico, mas identificando os sítios que pudessem estar próximos de águas marítimas e passíveis de serem atingidos por um eventual derramamento de óleo ou acidentes similares.

Para a definição da localização dos sítios, partiu-se do princípio de que a faixa litorânea é formada pelo cordão de praia e pelo ecossistema de transição, ou seja, mangues ou áreas de restinga, sujeitas em maior ou menor grau à influência das marés. Os sítios arqueológicos localizados fora dessa faixa de ação e sem contato com o mar não sofrem nenhum tipo de ameaça que possa ser ocasionada por esse empreendimento, mesmo que estejam inseridos no território dos municípios relacionados ao empreendimento.

Do total de sítios arqueológicos contabilizados (163), aproximadamente 51,33% se encontram na faixa litorânea. Esse percentual é aproximado, uma vez que muitos registros não especificam a distância dos sítios em relação à costa ou apresentam dados muito subjetivos em relação ao contexto no qual os sítios estão inseridos. Sendo assim, esse percentual representa apenas a parcela de sítios com registros que contemplam essa informação, sendo que esse número poderia aumentar caso fosse feito um trabalho específico com a finalidade de posicionar os sítios arqueológicos listados em relação ao contexto litorâneo em foco.

Uma parcela considerável dos sítios identificados próximos ao litoral se enquadra na categoria pré-histórico ou pré-colonial, predominando os do tipo sambaqui.

No município de Arraial do Cabo, 72% dos sítios arqueológicos identificados e cadastrados pelo IPHAN estão situados em área litorânea. Isso também pode ser considerado para Armação dos Búzios (70%), Cabo Frio (50%), Macaé (30%) e São João da Barra, 36%. Em relação ao município de Itapemirim (ES), 50% dos sítios arqueológicos situados em área litorânea em estão na mesma situação. Alguns destes sítios listados na faixa litorânea estão localizados ou estão muito próximos do cordão de praia. Em Arraial do Cabo, o sítio da Prainha, que apresenta vestígios cerâmicos e de material lítico lascado, bem como estruturas funerárias, localiza-se sob uma duna e é atingido pela maré alta. Em Armação dos Búzios, o sítio Barracuda, que apresenta material cerâmico da Tradição Tupiguarani, bem como ossos humanos e se encontra tão próximo da água que sofre as consequências da erosão marinha. O mesmo ocorre com o sítio do Ouriço, que apresenta estruturas funerárias e material lítico lascado. Ainda nesse município, o sítio Dunas da Casa do Sr. Abel está localizado nas dunas que se estendem por todo o canto esquerdo da praia de Geribá e apresenta vestígios de estruturas funerárias, bem como material lítico lascado e polido. Em Cabo Frio, por exemplo, o sítio Duna da Boa Vista está localizado a 500m do Forte de São Mateus, no cordão arenoso de dunas, em meio à vegetação de restinga, a poucos metros da linha d'água. Apresenta artefatos em material lítico polido e lascado e estruturas funerárias. Neste mesmo município, entre o Canal de Itajuru e o mar se encontra o sítio Fortaleza Inglesa, com vestígios de construção histórica. Em Macaé, o sítio da Ilha de Santana, que apresenta estruturas funerárias e material lítico lascado, foi encontrado à beira-mar, junto a uma estrada. Em Itapemirim, no Espírito Santo, o único sítio registrado que apresenta artefatos cerâmicos, encontra-se parcialmente destruído devido ao movimento das marés (IPHAN, 2011).

d) Caracterização de Tombamentos

Em que pese às Unidades de Conservação da Natureza presentes na região estudada (descritas no item dedicado ao diagnóstico do meio biótico), nas áreas costeiras dos municípios da Área de Influência do empreendimento não há registro de Sítios do Patrimônio Mundial Natural e Reservas da Biosfera, ambos instituídos pela UNESCO.

Para o levantamento de bens tombados na esfera federal do patrimônio histórico e cultural dos municípios que fazem parte da Área de Influência do empreendimento, foi consultado o cadastro de bens tombados do Arquivo Noronha Santos, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Este arquivo possui quatro Livros do Tombo: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro Histórico, Livro das Belas Artes e Livro das Artes Aplicadas, onde foram encontrados 5 registros de bens tombados pelo IPHAN, sendo que no livro das artes aplicadas não foi encontrada nenhuma ocorrência¹. Cabe salientar que estes bens não se encontram na Área de Influência do empreendimento, ou seja, fora da faixa litorânea.

Os únicos municípios que aparecem nos registros do IPHAN (Arquivo Noronha Santos, 2011) são Cabo Frio (4 bens tombados) e São João da Barra (1 bem). Adiante, são apresentadas figuras de alguns tombamentos localizados na área de estudo.



Figura 5.3.1-15. Convento Nossa Senhora dos Anjos, construído em 1686. Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Acessado em junho de 2010.

¹ Alguns bens tombados possuem registro em mais de um livro.



Figura 5.3.1-16. Forte São Mateus, construído em 1616, na entrada do Canal do Itajuru.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Acessado em janeiro de 2011.



Figura 5.3.1-17. Capela Nossa Senhora da Guia, construída no Morro da Guia, em 1740.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Acessado em janeiro de 2011.



Figura 5.3.1-18. Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de São João da Barra.
Acessado em junho de 2010.